

1 **Comissão Intergestores Bipartite de Assistência Social de Santa Catarina (CIB-**
2 **SC-AS).** Aos dezessete dias do mês de julho de dois mil e dezenove, às quinze horas,
3 no Centro Integrado de Riscos e Desastres, Avenida Ivo Silveira, nº 2320, Capoeiras,
4 Florianópolis, Cep: 88085-001, realizou-se a reunião plenária extraordinária da
5 Comissão Intergestores Bipartite da Assistência Social (CIB-AS-SC) com a presença
6 dos membros: representantes da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social
7 (SDS/SC): Maria Elisa da Silveira de Caro (titular e Coordenadora da CIB-AS-SC),
8 Sandra Regina Coimbra da Silva (titular, Diretora de Assistência Social) e Alexandre
9 Argolo Messa Sampaio (Titular e Gerente de Gestão do Fundo), representantes do
10 Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social (COEGEMAS/SC):
11 Magno Rafael de Borba Muñoz (titular e Presidente do COEGEMAS); Santiago Martin
12 Navia (Suplente e Secretário Municipal de Gaspar/SC), Vilson Alexandre Melo (Titular
13 e Secretário Municipal de Assistência Social de Santo Amaro da Imperatriz/SC). Ainda
14 estavam presentes gestores e técnicos municipais, representantes da câmara técnica,
15 associações de municípios, conselhos e representante do Conselho Estadual de
16 Assistência Social (CEAS), Jairton Fabeni Domingos. Luciane dos Passos, Secretária
17 “ad hoc”, da CIB-AS-SC, realizou a chamada de composição da mesa. Em seguida
18 com a palavra, registrou a presença do Secretário Adjunto da Secretaria de Estado do
19 Desenvolvimento Social, Dirceu Oldra, gerentes, diretores e demais profissionais da
20 SDS, que estavam no local. Passou a coordenação da reunião para a Secretária Maria
21 Elisa de Caro que iniciou saudando a todos os presentes e registrando a presença do
22 Diretor Financeiro da SDS, Vitório e diretor de Planejamento da SDS, Gilberto Wilton da
23 Silva, Diretora de Direitos Humanos, Karina Euzébio e o Secretário Adjunto Dirceu
24 Oldra. Agradeceu a presença de todos os presentes que se deslocaram de seus
25 municípios no intuito de contribuir com a execução da Política de Assistência Social e o
26 fortalecimento do SUAS no Estado de Santa Catarina. Relatou aos presentes que até o
27 final deste ano tem que pagar de dívidas quase R\$1.300.000,00 (Um milhão e
28 trezentos mil reais) que tal fato não implica em cortes no Cofinanciamento da Política
29 de Assistência Social, mas que é preciso haver algumas contenções. Registrou ainda
30 que não se faz administração pública com dívidas e que neste ano de 2019 o Estado já
31 pagou mais de 700.000,00 milhões de dívida e que se precisa ficar atento a isso porque
32 quem de fato paga esta conta é a ponta, isto é, gestores, trabalhadores e usuários do
33 SUAS. Explica ainda que se as dívidas forem sanadas até o fim deste ano de 2019 o
34 próximo ano com certeza será melhor porque esta gestão estadual está aqui para
35 ajudar, somar e contribuir. Relata que o Estado nunca foi muito parceiro mas que desde
36 a primeira plenária da CIB vem dizendo para que os municípios dêem à esta gestão
37 um crédito por querer e entender que somos parceiros, sem ter o que esconder, e que
38 não se tem outro interesse senão o de querer que as coisas dêem certo. Maria Elisa
39 passou a coordenação e a fala para Sandra Coimbra que deu boas vindas aos
40 presentes e ressaltou que a plenária teria pauta única que é o cofinanciamento
41 estadual. Posteriormente repassou a palavra ao Presidente do COEGEMAS Magno,

42 que saudou a todos (as), e salientou que, como disse a secretária anteriormente, a
43 ideia é resolver os problemas e as situações e que era o momento de esquecer o que
44 aconteceu na CIB de Joaçaba e sair desta plenária com algo novo e concreto com
45 relação ao cofinanciamento estadual. Ressaltou que os gestores estão sim dando um
46 voto de confiança e acreditando no comprometimento desta gestão não só com o
47 cofinanciamento estadual, que apesar de mínimo e bem abaixo daquilo que realmente
48 os municípios necessitam, mas principalmente com o compromisso do Estado no
49 encaminhamento e aprovação da Lei do FEAS antes de setembro. Informou que o
50 COEGEMAS já iniciou a articulação com alguns deputados para esclarecer a
51 importância da aprovação desta Lei e pediu agilidade para que já tenhamos esta
52 garantia para o próximo ano. Solicitou ao Estado informações do andamento deste
53 processo, ou seja, acompanhar, e que todos estão ansiosos e crendo que esta Lei
54 realmente vai sair do papel e se tornar realidade no Estado de Santa Catarina. Afirmou
55 que é neste sentido que os gestores estão se mobilizando e lutando e que a presença
56 de cada um naquela plenária, apesar de cansados, simboliza exatamente isso, a
57 preocupação com que está na ponta, com quem realmente precisa dos serviços
58 socioassistenciais, os usuários desta Política. Encerrou dizendo que os gestores não
59 estão ali para afrontar o Estado e nem reivindicar nada pra eles, e sim para aqueles
60 que estão diariamente batendo na porta dos equipamentos, quem mais precisa de
61 atendimento qualificado e garantia de direitos: os usuários do SUAS. Após o presidente
62 finalizar sua fala a Secretária de Estado pediu a palavra e afirmou que com relação a
63 Lei do FEAS esta foi encaminhada para a Casa Civil, a Casa Civil enviou para a
64 Secretaria da Fazenda e a Secretaria da Fazenda enviou a Procuradoria Geral do
65 Estado, e que havia conversado com a Dra. Célia Iraci da Cunha que está respondendo
66 hoje pela Procuradoria e esta disse que é a questão do regular e automático que
67 estava sendo analisada e informou que explicou novamente que ainda que eles retirem
68 o regular e automático a Assembléia Legislativa vai colocar, e que é esta a posição
69 também desta Secretaria de Estado. Dando continuidade a reunião a coordenadora da
70 mesa Sandra Coimbra agradeceu a fala do presidente do COEGEMAS e da Secretária
71 de Estado Maria Elisa e informou novamente que esta reunião plenária extraordinária
72 tem como pauta exclusiva a pactuação do cofinanciamento estadual de 2019 e iniciou
73 **1º Verificação da presença e da existência de quorum:** sendo constatada a
74 existência de quórum, conforme o Regimento Interno da CIB-AS-SC, foi possível
75 prosseguir os trabalhos de acordo com a ordem do dia. **2º Apresentação, apreciação**
76 **e aprovação da ordem do dia** – O Plenário aprovou a pauta única. **3º Pactuação de**
77 **matéria:** Cofinanciamento Estadual 2019. A coordenadora informou que gostaria de
78 fazer dois esclarecimentos. O primeiro é que normalmente encaminha-se o modelo de
79 resolução para o COEGEMAS para que faça a leitura anteriormente, mas que o
80 cronograma do desembolso financeiro solicitado pelos gestores municipais na reunião
81 da CIB de Joaçaba, foi definido pela Secretaria da Fazenda no dia anterior a
82 realização desta plenária o que impossibilitou o envio para leitura prévia e aprovação

83 do texto. Informou ainda que foram elaborados pela Diretoria de Assistência Social –
84 DIAS dois modelos de resolução e que este é o segundo ponto de esclarecimento que
85 gostaria de fazer. Em uma resolução consta o cofinanciamento de R\$ 11.393.000,00
86 (onze milhões, trezentos e noventa e três mil reais) para o cofinanciamento da Proteção
87 Social Básica e no segundo modelo consta o valor a ser repassado para o Centro Dia
88 de Joinville, que foi o único município elegível que em 2015 fez o aceite junto ao
89 Estado, e que este tem o compromisso de repassar R\$ 240.000,00 (duzentos e
90 quarenta mil reais) por ano para atendimento à pessoas com deficiência, valor este que
91 seria pago com os recursos autorizados para o cofinanciamento da assistência social
92 no ano de 2019. Relembrou que dos R\$ 11.393.000,00 (onze milhões, trezentos e
93 noventa e três mil reais) que já havia sido definido pelos gestores municipais na CIB de
94 Joaçaba que seriam destinados ao cofinanciamento da Proteção Social Básica - PSB.
95 Em seguida, relatou que em reunião de alinhamento realizada na SDS antes da
96 plenária de Joaçaba discutiu-se a possibilidade de cofinanciar os benefícios eventuais e
97 a PSB. Prosseguiu a fala relatando que dias antes da CIB após análise da DIAS
98 constatou que somente 257 municípios de acordo com o Censo SUAS de 2018 estão
99 habilitados a receber recursos do cofinanciamento estadual por terem suas Leis
100 municipais regulamentando a concessão dos Benefícios Eventuais de acordo com a
101 Resolução do CEAS nº 16, de 23 de novembro de 2016, alterada por meio resolução
102 CEAS nº 15, de 12 de novembro 2017, e que 38 municípios não receberiam. E que
103 devido a este fato em reunião do COEGEMAS os gestores entenderam que para
104 beneficiar o maior número de municípios o recurso deveria ser destinado somente para
105 a PSB. Continuou a fala esclarecendo que então era preciso definir qual dos dois
106 modelos deveria ser utilizado. O presidente do COEGEMAS pediu a palavra e destacou
107 que o recurso destinado ao Centro Dia de Joinville não faria parte da pactuação tendo
108 em vista que se refere ao termo de aceite feito pelo município em 2015 com o Estado.
109 Já a questão da definição pela destinação do recurso para a PSB foi definida pelos
110 gestores municipais para beneficiar o maior número de municípios tendo em vista que o
111 valor repassado pelo Estado é muito pequeno, ficando em torno de R\$ 29.000,00 (vinte
112 e nove mil reais) por CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) e que para
113 dividir entre média e benefícios eventuais ficaria muito picado, sendo assim 383 CRAS
114 receberiam o recurso, e que por este motivo também não foi realizada outra reunião do
115 COEGEMAS. Prosseguiu a fala relatando que alguns gestores ligaram questionando,
116 mas que entendeu que não haveria necessidade de se fazer outra reunião, pois o
117 Estado veio com a proposta baseada no que foi deliberado pelos gestores em Joaçaba.
118 Seria somente a pactuação da CIB mediante a programação financeira que seria
119 apresentada pelo Estado. Desta forma o valor do Centro dia não entra na Resolução
120 pois é um saldo a pagar que o Estado tem com o município de Joinville. A
121 coordenadora da mesa questiona se os presentes estão de acordo com a proposta do
122 presidente Magno. Após o questionamento foi aprovado por unanimidade a proposta
123 feita pelo presidente do COEGEMAS. Santiago Martin Navia, gestor de município

124 Gaspar, parabenizou a participação ativa dos gestores na plenária e aos demais que
125 fazem parte do colegiado. Continuou a fala dizendo à secretária Maria Elisa que
126 percebe nela realmente a vontade de fazer com que as coisas aconteçam. Que a
127 regulamentação do Fundo Estadual do Idoso – FEI, depois de 12 (doze) anos foi uma
128 conquista muito importante para a Política da Pessoa idosa e parabenizou o
129 Governador e a gestão. Prosseguiu fazendo um apelo de que é importante que a Lei do
130 FEAS com o regular e automático chegue na ALESC. Percebeu também que a
131 solicitação feita em Joaçaba foi de pronto atendida pela gestão atual e que a plenária
132 extraordinária é resultado disso, que é preciso se falar de política pública, que os
133 gestores querem e precisam fazer parte deste processo de construção, que é preciso
134 falar de acolhimento, de família acolhedora para pessoas com deficiência e idosos, da
135 relação do SUAS com a justiça e que é preciso firmeza do Estado nestas situações e
136 um engajamento junto com os gestores. Que o recurso é primordial para a execução
137 dos serviços, e que por mais que se tenha projetos importantes para serem
138 implantados no município o que vem em primeiro questionamento dos prefeitos é
139 quanto vai custar e com que recurso vamos pagar. Informou que em 2017 foi pactuado
140 o valor de R\$29.000,00 (vinte e nove milhões) que é pouco, mas precisamos avançar
141 com planejamento organizado para os próximos anos de gestão. Que vamos trabalhar
142 junto aos deputados para aprovação da lei do FEAS. Em seguida Vilson Alexandre
143 Melo Alexandre gestor de Santo Amaro da Imperatriz pede a palavra e cumprimenta a
144 todos os componentes da mesa e demais presentes e relata que nas últimas reuniões
145 tem sido talvez a pessoa mais crítica e que fez algumas ponderações diante dos
146 posicionamentos do Estado, mas que tem total confiança na equipe de profissionais da
147 DIAS, pessoas de boa índole, excelentes profissionais, que já havia elogiado o
148 posicionamento da secretária quando manteve Sandra Coimbra diretora da DIAS, uma
149 técnica que fala a linguagem de todos os secretários, e que reconhece que há vários
150 pontos positivos na atual gestão. Esclarece que o anseio dos gestores são as práticas
151 de gestões passadas que começaram a ocorrer novamente, como por exemplo a Lei do
152 FEAS, que a Secretaria da Fazenda continua com os mesmos questionamentos e
153 impedimentos. Solicitou que a secretária levasse ao Governador a equipe técnica da
154 DIAS para argumentar e demonstrar a importância desta Lei junto ao Governador e que
155 este determinasse junto a Fazenda a importância do regular e automático tendo em
156 vista que em outras políticas públicas já há o regular e automático e o repasse
157 garantido. Questionou o porque que nesta política o repasse é tão pequeno.
158 Compreende que a secretária não mede esforços e que isso não está totalmente nas
159 suas mãos mas que neste momento a pessoa que está mais próxima ao Governador é
160 a secretária e que ela é a pessoa que vai levar até o governo o pedido dos gestores. E
161 que é somente desta forma que o Governador vai demonstrar que realmente veio com
162 a perspectiva de mudança e que está dando a devida importância à Assistência
163 Social. Pede desculpas e relata que por estar há muito tempo a frente desta Política e
164 por ter vivenciado muitas situações por muitas vezes se sente insatisfeito, mas que se

165 esses avanços forem concretizados esta gestão vai entrar para história da Assistência
166 Social. Em seguida, a secretária de Estado relata que diante de tudo que foi dito afirma
167 que muito se sofre, mas que ninguém sofre mais do que quem está na ponta, que o
168 esforço é para que tudo dê certo, mais que nem tudo está nas suas mãos e que o
169 intuito é sempre atender bem os usuários desta política. Sandra Coimbra retoma a fala
170 destacando a decisão de todos em pactuar o modelo de Resolução que consta
171 somente o valor do recurso a ser destinado a PSB. Inicia a leitura e após análise,
172 discussões e sugestões de alterações foi pactuada a Resolução CIB Nº 002 de 16 de
173 julho de 2019 que dispõe sobre a pactuação do cofinanciamento no exercício de 2019,
174 critérios, prazos e procedimentos do repasse de recursos estaduais alocados no Fundo
175 Estadual da Assistência Social de Santa Catarina – FEAS/SC para os serviços de
176 Proteção Social Básica. Após a leitura e aprovação alguns gestores demonstraram
177 preocupação com relação ao cumprimento dos prazos para entrega da documentação
178 e a importância da regulamentação da Lei de Benefícios Eventuais junto aos
179 municípios que não possuem. Com relação aos os prazos Alexandre Sampaio
180 destacou que somando-se todos, o primeiro pagamento vai ser em outubro, e que o
181 município que entregar por último demorará mais a receber. Adevilson, do município de
182 Rio do Campo, questiona como ficará a questão dos municípios que forem
183 considerados não habilitados, que é preciso que seja respeitado o prazo estabelecido.
184 Sandra relata que como destaca a resolução os municípios terão 20(vinte) dias
185 contados a partir da publicação da Resolução do CEAS para encaminharem suas
186 documentações, mas que em virtude de já estarem habituados a fazerem isso é muito
187 provável que encaminhem antes. E no caso de serem considerados não habilitados em
188 virtude de pendências terão o prazo de 10(dez) dias para fazerem as correções. Caso
189 não regularizarem a situação serão então considerados não habilitados. Na sequência
190 Magno esclarece a importância do empenho dos municípios no que se refere a
191 agilidade e cumprimento dos prazos e que tendo em vista que o Recurso precisa ser
192 deliberado pelos CMAS que os gestores solicitem aos conselhos a necessidade de
193 agendar suas plenárias para deliberação e poder agilizar o processo de recebimento
194 dos recursos. Relata que a maioria vai fazer cem por cento custeio para o recurso
195 estadual tendo em vista que a nova Normativa do governo federal pode ser usado o
196 recurso federal mesmo que pouco para custeio e investimento, e que a maioria dos
197 municípios está com dificuldades no Serviço de Convivência e Fortalecimento de
198 Vínculos por não ter recursos para manter. Janiffer Otto, do município de São João
199 Batista, sugere ao Estado que disponibilize relação com valores de recebimento por
200 município antes da Plenária do CEAS para que estes possam repassar aos seus
201 conselhos para deliberação. Com relação a esta sugestão Alexandre Sampaio destaca
202 que é preciso consultar a Mesa Diretora do CEAS. Prosseguindo o debate, a gestora
203 de Balneário Arroio do Silva esclarece que sobre o município que entregar primeiro
204 receber primeiro não cabe pois todos tem que entregar e se algum município for
205 considerado não habilitado tem que haver redistribuição. A coordenadora da mesa

206 Sandra Coimbra destaca que, com o empenho de todos, isto é, municípios e Estado é
207 possível que os municípios já recebam a primeira parcela em setembro de acordo com
208 a data de liberação dos recursos que o Estado já tem definida. Tiago, Secretário de
209 Assistência Social do município de Capinzal, ressalta que o que está na Lei está
210 correto e tem que ser cumprido e entende que a soma de esforços é para que o Estado
211 analise as documentações e que a dúvida foi esclarecida. Com relação aos prazos
212 Gilberto Silva, responsável pelo planejamento da SDS, sugere que por não haver
213 repasse em outubro e diante das datas de repasse que o Estado possui que são 3(três)
214 por mês, para dar maior prazo aos municípios e ao Estado, abriria prazo para até
215 10(dez) outubro para envio da documentação, isso aumentaria o prazo dos conselhos
216 agendarem suas plenárias, o estado para análise documental dos municípios para o
217 envio. Os que encaminhasssem antes já receberiam em setembro e os que atrasarem
218 receberiam em outubro, porque a programação financeira vai estar garantida. Vitóri,
219 Gerente Financeiro, afirma que isto é possível porque a partir de setembro o recurso já
220 vai estar disponível para repasse. O município estando habilitado ainda que passe o
221 prazo do mês de setembro e poderá receber em outubro. **Vilson Alexandre, gestor de**
222 **Santo Amaro da Imperatriz** reflete com a plenária que não haverá necessidade disso se
223 os municípios priorizarem esta ação e agilizem a solicitação de plenárias
224 extraordinárias junto aos conselhos. Magno reforça que é somente uma página e meia
225 o plano de trabalho da PSB, que a contar da presente data são 27(vinte e sete) dias.
226 Prosseguindo a plenária, Elci, de Jaraguá do Sul, solicita registro em ata sobre a
227 questão da Lei dos benefícios eventuais. Que de acordo com a Resolução do CEAS até
228 dezembro de 2017 todos os municípios deveriam ter suas Leis e que não houve
229 repasse para benefícios eventuais devido o fato de que alguns municípios não estariam
230 habilitados. Que o município de Jaraguá do Sul até o presente momento já gastou
231 R\$654.652 (seiscentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e dois reais)
232 com benefícios eventuais. Que muito se argumenta junto aos gestores que reclamam
233 que não recebem cofinanciamento para isto. Registrou que os municípios têm que fazer
234 a sua parte, porque independente de prefeito que entra ou sai a lei estará lá
235 beneficiando quem realmente precisa. Magno corrobora com a fala mais argumenta
236 que há ainda municípios muito pequenos que não possuem estrutura, que são somente
237 uma diretoria dentro da saúde, que não evoluíram como política pública de assistência
238 social, e que quando a Lei do FEAS for aprovada essa situação vai melhorar porque
239 será repasse fundo a fundo e os critérios de repasse para benefícios eventuais são
240 muito complexos e demandam um estudo técnico e um cálculo para ver quanto cada
241 município irá receber baseado em Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, entre
242 outros, e que isso só atrasaria o cofinanciamento estadual e os municípios receberiam
243 lá para o fim do ano. A decisão não foi tomada pelos gestores unicamente pelo fato de
244 que nem todos receberiam, mas também por conta do valor que seria maior para uns e
245 menor para outros. Elci reforça que entendeu que o que foi decidido pelos gestores é o
246 melhor para o momento, no entanto, reforça que é muito importante que todos os

247 municípios tenham suas Leis para concessão de Benefícios Eventuais tendo em vista o
248 fortalecimento da Assistência Social. É momento de muitos retrocessos mas que os
249 municípios precisam avançar e que esta Lei traz o mínimo de dignidade às pessoas em
250 situação de vulnerabilidade. Complementando a fala da gestora, André, também do
251 município de Jaraguá do Sul, aponta que os municípios de Grande Porte acabam
252 sendo penalizados por não receber cofinanciamento para benefícios eventuais, média
253 e alta complexidade porque o debate sempre é em torno da PSB que sempre é onde
254 são aplicados os recursos. Alexandre reforça que o COEGEMAS é um colegiado, que
255 as decisões não são tomadas somente pela mesa diretora e que a decisão da
256 destinação dos recursos para a PSB foi deliberada na Plenária de Joaçaba. Reforça
257 que somente R\$ 2.000.000,00(dois milhões) podem ser destinados para benefícios
258 eventuais e que este valor dividido aos municípios se tornaria muito pequeno em torno de
259 R\$7.000,00 (sete mil reais).Dando continuidade a plenária, a secretária Maria Elisa
260 agradeceu aos 295 municípios pelo preenchimento dos questionários da habitação que
261 por mais que tenham muitas demandas internas entenderam a importância desta ação
262 porque agora o Estado possui um diagnóstico que irá nortear as ações quando houver
263 algum cofinanciamento para esta área. Sandra reforça a importância do preenchimento
264 também do questionário encaminhado aos municípios sobre os custos dos
265 equipamentos socioassistenciais para se pensar nos pisos de cofinanciamento e dar a
266 boa notícia que 07(sete) municípios que tiveram seus recursos federais bloqueados no
267 ano passado, tiveram seus recursos do SCFV desbloqueados graças ao trabalho
268 realizado pela equipe da PSB da DIAS e esses municípios. Luan, gestor de Nova
269 Itabeiraba, relembra sobre a importância de levantar dados referente as equipes de
270 gestão que executam alta e média complexidade. Sampaio esclarece que neste
271 momento o questionário implicará em levantamento de custos dos equipamentos e que
272 em um segundo momento esta questão também será tratada. Sandra explica que
273 existe um Grupo de Trabalho referente aos Pisos de Cofinanciamento que já vem
274 tratando desta questão e que os dados deste questionário vêm para contribuir com
275 este GT. Janiffer reforça a importância da aprovação da Lei do FEAS para que os
276 municípios possam começar a sonhar em receber cofinanciamento para todos os Pisos
277 no ano de 2020. Sandra solicita a assinatura do presidente do COEGEMAS e
278 Secretária de Estado na Resolução aprovada pela plenária.**3 º Encerramento:**Maria
279 Elisa da Silveira de Caro Secretária de Estado, Sandra Coimbra e os demais
280 representantes da mesa agradeceram a presença de todos (as) e desejaram um bom
281 retorno. Nada mais havendo a tratar, eu Luciane Passos – Secretária Executiva “Ad
282 hoc” da CIBSC, lavrei a presente Ata, cuja gravação encontra-se nos arquivos da
283 Secretaria Executiva da CIB-AS-SC.